

Políticas de segurança alimentar e relações de gênero*

Food security policies and gender

SILIPRANDI, E. Políticas de segurança alimentar e relações de gênero. *Cadernos de Debates*, Campinas, SP, v. XI, p. 38- 57, dez. 2004.

RESUMO

As mulheres são responsáveis por grande parte das tarefas ligadas à alimentação - em particular, no nível doméstico - e são um segmento especialmente vulnerável à insegurança alimentar. Porém, geralmente, não são as protagonistas das políticas que tratam desses temas. São vistas pelos gestores públicos, muitas vezes, apenas como "instrumentos" para se chegar às famílias pobres. Este texto discute estas questões a partir de três enfoques: o estado atual dos sistemas de produção, distribuição e consumo dos alimentos; o lugar que o trabalho doméstico (e a produção da alimentação dentro dos lares), ocupa, como parte da reprodução da vida - recuperando uma discussão existente dentro da economia feminista - e como as políticas agroalimentares atuais lidam com as questões das mulheres, frente às reivindicações dos movimentos sociais, e as experiências concretas de enfrentamento das questões de insegurança alimentar que vêm sendo construídas. Por fim, apresenta algumas reflexões sobre os desafios que permanecem para os movimentos sociais e para os gestores públicos, na elaboração de políticas que valorizem as experiências das mulheres no campo da alimentação, sem reforçar as desigualdades de gênero existentes.

Palavras-chave: segurança alimentar, gênero, Economia feminista, políticas públicas agrolimentares

ABSTRACT

Women are responsible for a large part of the tasks connected with food, especially on the domestic level, but constitute a sector of the population that is particularly vulnerable to food insecurity. They, however, usually do not play a role in the making of policies dealing with these matters. Public policymakers usually view them simply as "instruments" to reach poor families. This paper discusses these issues focusing three points: the present state of the food production systems, distribution and consumption; the place of domestic work (and the domestic production of food) in the reproduction of life as a whole (bringing forward a discussion from the feminist economy); and how present agrofood policies deal with women's issues, facing the claims of social movements and the experiences felt while trying to solve concrete food insecurity problems. In conclusion, this work brings up some reflections on the remaining challenges encountered by social movements and public policy managers regarding the formulation of policies that value the women's experience with food while avoiding the reinforcement of existing gender inequalities.

Keywords: food security, gender, feminist economy, agrofood policies

* Esta é uma versão resumida e modificada do artigo publicado em "A produção do Viver", organizado por Nalu Faria e Miriam Nobre (SOF, São Paulo, 2004), intitulado "Políticas de alimentação e papéis de gênero: desafios para uma maior equidade".

EMMA SILIPRANDI

Engenheira agrônoma (UFRGS), mestre em Sociologia (UFPA), Especialista em Políticas Agrícolas (Unicamp). Membro da Rede Economia e Feminismo (REF) e da Rede Interamericana Agriculturas e Democracia (RIAD); consultora da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação). Endereço eletrônico: emmasili@uol.com.br

AS “LIVRES” ESCOLHAS DOS CONSUMIDORES NO CAMPO ALIMENTAR

O que se come, e como se come, em uma dada sociedade, não é definido individualmente pelas pessoas, com base unicamente em seu desejo pessoal. Depende da presença de sistemas de produção e distribuição, assim como de conhecimento sobre as formas possíveis de preparação e consumo dos alimentos, que, por sua vez, dependem da combinação de outros fatores: do acesso das pessoas aos meios físicos e financeiros para obter aqueles alimentos (mediante sua produção direta ou aquisição no mercado); dos hábitos alimentares daquela sociedade; das leis que regem o mercado de trabalho; das relações familiares; do comércio internacional; da ação do Estado para garantir o direito das pessoas a alimentar-se etc. Esses diversos elementos interagem e se contrapõem, não havendo um ou outro campo da intervenção humana (a economia, a política, a cultura etc.) capaz de determinar, por si só, a forma como um povo organiza sua alimentação.

Friedmann (2002) nos mostra, que aquilo que costumamos chamar de “tradições” no campo da alimentação, foi fruto de muitas mudanças nos modelos de produção e consumo. Desde os tempos imemoriais até os dias de hoje, o mundo vive uma constante construção/reconstrução das tradições alimentares, em que os conflitos por interesses econômicos e políticos determinam, desde as práticas de plantio e as políticas industriais de transformação dos produtos agrícolas até as formas de comercialização dos alimentos. Como resultado desses conflitos se definiram as posições que os diferentes países ocupam atualmente no contexto internacional, seja como produtores/exportadores, seja como importadores de alimentos, *in natura* ou industrializados.

O que entendemos hoje como globalização constitui uma espécie de intensificação desse processo, particularmente desde a segunda metade do século passado, quando os mercados financeiros e os avanços nas comunicações jogaram um importante papel.

No bojo dessa globalização, encontramos a idéia hoje hegemônica, seja nos países desenvolvidos, seja no chamado Terceiro Mundo, de que as políticas de desenvolvimento devem centrar-se na intensificação do comércio internacional (aumento das exportações e importações). Essas políticas têm sido garantidas pelas regras da OMC (Organização Mundial do Comércio) e pelas orientações do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do Banco Mundial. A diminuição das barreiras ao comércio imposta aos países do Terceiro Mundo levou-os a abrirem seus mercados às grandes corporações, sediadas nos países do Norte. Ao mesmo tempo, verificou-se uma crescente desregulamentação das atividades econômicas nos âmbitos nacionais, com implicações importantes sobre a segurança e autonomia

alimentar de seus povos. No que se refere aos produtos agrícolas e alimentares, houve, por um lado, o desmantelamento dos modos locais de produção e consumo (pela necessidade de gerar produtos agrícolas para exportação e pela diminuição das políticas destinadas a apoiar a agricultura familiar, como, por exemplo, aquelas voltadas para os mercados internos), e levou, por outro, a uma crescente homogeneização da cultura alimentar.

O LADO DA PRODUÇÃO

As relações entre os diferentes segmentos que compõem o sistema agroalimentar nem sempre são harmônicas. Ademais, não há um único modelo de relacionamento entre produção agrícola, indústria de transformação, distribuição etc. Wilkinson (1989) mostra que o sistema agroalimentar é um ramo *sui generis* da estrutura industrial, devido a limitações impostas por seus dois componentes principais: a *produção agrícola*, que determina a oferta dos alimentos e matérias-primas para as indústrias, e os *padrões de consumo*, dependentes da própria capacidade do corpo humano de digerir e absorver os alimentos. Se não houvesse essas limitações, já poderíamos ter “evoluído” para a comida totalmente industrializada – como as pílulas ou “comidas de astronauta” que, durante muito tempo, povoaram nossa imaginação como sendo o alimento do futuro.

Wilkinson nos mostra que os esforços no sentido de acoplar a agricultura à indústria têm se revelado particularmente problemáticos, porque tratam de articular sistemas produtivos que obedecem a leis distintas:

“[...] a indústria caracteriza-se por processos produtivos previsíveis, contínuos e controláveis, enquanto a agricultura permanece sujeita aos riscos e ritmos sazonais da natureza” (p. 14).

A evolução nessa relação vem se dando no sentido de afrouxar a interdependência entre esses setores. Por um lado, a “industrialização” da agricultura tem promovido maior homogeneização da produção agrícola (via insumos químicos, mecanização, modificações nos processos biológicos, engenharia genética etc.), de forma a tentar escapar das determinações da natureza; por outro, a indústria de alimentação tem, sempre que possível, substituído os produtos agrícolas como fontes de matérias-primas, utilizando, cada vez mais, produtos intercambiáveis. Wilkinson traz o exemplo da margarina, um produto que, em primeiro lugar, liberou as indústrias de alimentos da dependência em relação à produção do leite, substituindo-o pela banha e, depois, pela soja; posteriormente, criou a possibilidade de

utilização de vários tipos de óleo – não apenas o de soja – tornando as indústrias alimentares ainda mais flexíveis com relação à oferta de matéria-prima. A utilização de insumos químicos e biológicos nas indústrias de alimentos também cresceu enormemente nas últimas décadas (o que é visível ao examinarmos o rótulo de qualquer alimento industrializado que consumimos cotidianamente), mas não foi capaz de substituir integralmente os processos de cultivos baseados na relação com a terra.

Esse autor mostra, ainda, que o beneficiamento dos produtos *in natura* vem se complexificando com a criação de novas tecnologias, que não apenas transformam os produtos (leite em queijo, frutas em geléias etc.), como também criam novas possibilidades de consumo, sofisticando o já complexo sistema de abastecimento alimentar. Os diversos métodos de conservação (desde os primeiros enlatados, passando por desidratação, liofilização, congelamento, resfriamento etc.) são exemplos disso. A diferenciação dos produtos, os serviços agregados, o poder da publicidade, os preços etc. vão ser fatores influenciadores da preferência dos consumidores e alvo de ações específicas das empresas, conformando um novo modelo de sistema, onde os vários setores componentes (agricultores, cooperativas, indústrias de insumos agrícolas, setores de primeira e segunda transformação, distribuidores, indústrias de produtos finais) vão disputar entre si, fazer alianças etc. para procurar deter maiores fatias de mercado, mais lucros e, portanto, maior poder dentro da cadeia de produção (p.18).

Do ponto de vista da produção agrícola, isso significa que o setor produtivo deve, cada vez mais, adequar-se às condições de produção impostas pelas grandes corporações, sejam as indústrias de insumos, sejam as processadoras de alimentos, que operam em condições de oligopólios: serão exigidos padrões de produtividade, uniformização das características do produto, tecnologias de produção etc. que atendam a um determinado mercado, dentro de certos parâmetros de competitividade – aumentando a escala, especializando-se em determinados cultivos, diminuindo os custos de produção, garantindo uma oferta constante e homogênea etc. Esses padrões nem sempre podem ser atingidos pelos pequenos produtores que ou se adaptam, ou são alijados desses mercados. O caso das sementes transgênicas é bem esclarecedor a esse respeito, ao escancarar a relação empresas de sementes–produção de insumos e a imposição de um padrão de produção que não deixa escolha aos agricultores. As tentativas de produzir em outros padrões – como a produção ecológica, ou orgânica – não encontram ainda um ambiente favorável, em termos de apoio estatal, pesquisa, tecnologia disponível, crédito acessível etc., para se desenvolverem, pelo menos nos países do Sul. Ainda assim, têm cumprido um papel fundamental como espaços de resistência a esse modelo de produção, resgatando valores, como o papel da agricultura familiar enquanto um modo de vida, o compromisso dos produtores com os consumidores de seus produtos, a lógica da preservação da vida em sobreposição à lógica da supremacia

dos mercados etc. Enquanto processos produtivos, no entanto, estão ainda muito longe de se tornarem massivos, permanecendo reservados a determinados públicos ou segmentos bem específicos, que constituem nichos de mercado.

De forma bem geral, essas considerações sobre o sistema agroalimentar nos mostram que as mudanças que vêm ocorrendo nos modelos produtivos tomaram vários caminhos: crescente modificação dos processos agrícolas, tendendo à homogeneização da produção, em que tem grande peso a indústria de insumos (especialmente de sementes) e a indústria de transformação; menor dependência da indústria de alimentação em relação aos produtos agrícolas (pela substituição de matérias-primas e pelo avanço dos processos biológicos e químicos de transformação); desregulamentação do comércio internacional de produtos agrícolas, favorecendo os interesses das grandes corporações agroalimentares dos países industrializados, com conseqüências importantes quanto ao desmantelamento dos sistemas locais de produção de alimentos. A questão não se esgota nessa discussão, em que pese a sua amplitude. Existem, do lado da demanda (ou padrão de consumo) dos alimentos, elementos também importantes para a definição dos padrões alimentares.

O LADO DO CONSUMO

O primeiro fator a considerar é o processo crescente de urbanização que ocorreu tanto nos países desenvolvidos como nos do Sul. A migração campo–cidade dos últimos quarenta anos, em países como o Brasil, por exemplo, é bastante conhecida e tem raízes nas políticas de industrialização, no modelo agrícola poupador de mão-de-obra e concentrador de terra e renda, entre outros fatores. A existência dessa população urbana cada dia maior significa uma demanda também crescente de alimentos que, por sua vez, devem chegar aos domicílios e aos locais de consumo de forma totalmente diferente da que ocorria no meio rural ou nas pequenas cidades.

A presença cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho, por sua vez, induz a uma pressão para que as refeições elaboradas dentro de casa tendam a ser poupadoras de tempo e de mão-de-obra. Os eletrodomésticos, como fornos de microondas, *freezers*, processadores de alimentos, ainda que acessíveis a apenas uma parte das classes médias e altas, buscam preencher essas novas necessidades. Os produtos alimentares passam a apresentar mais e mais “serviços” incorporados (como as refeições prontas, as embalagens individualizadas, os pré-preparos, os produtos tipo longa-vida etc.), de forma que o trabalho do consumidor se resume a abrir a embalagem e consumir o produto. Há um crescimento do setor de entregas de refeições prontas nos domicílios. E a menor presença das mulheres dentro de casa,

em todos os estratos sociais, também tem como consequência o aumento do consumo de produtos industrializados, fora de casa, por parte das crianças (como os lanches escolares, por exemplo).

Com o aumento da população das cidades, passa a ser cada vez mais difícil para as pessoas se deslocar do trabalho para casa e vice-versa, favorecendo o consumo de alimentos fora dos domicílios (em restaurantes, bares etc.). Por outro lado, para as classes médias e com maior poder aquisitivo, o hábito de consumir refeições fora de casa passa a ser relacionado com lazer, cultura e acesso a serviços, muito bem simbolizado pelas redes de *fast-food*, tal como as conhecemos hoje.

Também no meio rural, as formas de consumo dos alimentos se modificaram enormemente, até mesmo em função das mudanças nos sistemas de produção agrícola, como a maior especialização em determinados produtos, em detrimento dos policultivos. Outros fatores, como o maior acesso à energia elétrica e ao abastecimento de água, a penetração da televisão, a saída das pessoas da propriedade para exercer trabalhos não-agrícolas etc., também influenciam. Mesmo admitindo-se que a propriedade agrícola nunca tenha sido uma ilha de auto-suficiência e que sempre tenha havido trocas de produtos *in natura* por industrializados, é visível que, hoje em dia, esse processo é cada vez maior. Ao visitar qualquer família rural, seja de produtores familiares, assentados de reforma agrária, trabalhadores assalariados, veremos que a quantidade significativa de alimentos industrializados que consome cotidianamente é composta também por produtos que vinham sendo produzidos historicamente em sua propriedade. Essa substituição dos alimentos produzidos no estabelecimento por outros, adquiridos no mercado, pode se dar em função da praticidade de preparo, do preço ou da transformação do paladar das pessoas, que vão se habituando aos novos produtos (como o café instantâneo, a própria margarina ou o frango produzido industrialmente e vendido congelado, por exemplo).

Como apontam Maluf et al. (2001), convivemos, nos países do Terceiro Mundo, com um alto grau de heterogeneidade quanto à possibilidade de consumo de alimentos, em que parcela da população tem acesso restrito aos mercados (por insuficiência de renda), enquanto outra apresenta um padrão de consumo semelhante ao dos países industrializados, exercendo uma influência direta na valoração do tipo de alimentação que se consome. Em outras palavras, o padrão do que é “bom” ou “moderno” não é dado pela qualidade intrínseca dos alimentos (nutricional ou biológica), e sim pela imagem que se cria em torno deles, que é, por sua vez, em grande parte, formada pela publicidade.

Esse novo padrão de consumo de alimentos exige também uma outra logística do setor de distribuição, de transporte e armazenamento, dominado, nas médias e grandes cidades, pelas extensas cadeias de supermercados que, por sua vez, também jogam um papel importante nas estratégias de

publicidade e *marketing* das empresas produtoras de alimentos. As mudanças que vemos nesse setor não se restringem apenas a impor prazos e formas de entrega dos produtos aos elos anteriores da cadeia (agricultura e indústria alimentar), mas também condicionam os próprios processos de fabricação dos produtos (que devem ter uma maior vida de prateleira, ser capazes de suportar grandes deslocamentos, ter mais serviços agregados, ser diferenciados para cada classe social etc.).

EFEITOS COLATERAIS

Se, por um lado, esse sistema significou potencialmente ganhos em termos de maior praticidade no preparo dos alimentos, maior riqueza em variedade de ingredientes (pela facilidade de transporte, armazenamento etc.), tecnologias que garantem maior sanidade dos alimentos, pode se afirmar que, por outro, essas vantagens não foram aproveitadas em sua total potencialidade e muito menos para o benefício do conjunto das populações. O predomínio dos alimentos industrializados tem tido como conseqüência várias doenças relacionadas com a “modernidade”; o excesso de consumo de gorduras, a contaminação por agrotóxicos, o aumento de doenças, como a obesidade e a hipertensão, também são imputados, em parte, aos maus hábitos alimentares. Para uma parte da população, entretanto, os problemas são principalmente derivados da falta de acesso à alimentação necessária para a sua sobrevivência, em termos seja de quantidade, seja de qualidade. Esse quadro faz com que aumentem, cada vez mais, as estatísticas da fome e da desnutrição.

Há estudos que mostram, ainda, que a padronização do modelo alimentar tem levado a um afrouxamento dos laços de solidariedade social e comunitária, uma vez que as culturas alimentares específicas de cada região – que são um dos elementos de coesão social de uma comunidade – passam a ser substituídas por uma cultura homogeneizadora.

Field (1999), em um artigo sobre projetos comunitários ligados à alimentação, comenta como a globalização do mercado de alimentos vem destruindo gerações de “comportamentos alimentares”, pela pressão que se exerce sobre regiões e culturas específicas para que se substituam esses produtos por produtos “globais” (o trigo sendo um desses). Ela mostra que, ao mesmo tempo, essa substituição tem levado a um empobrecimento dos conhecimentos sobre ingredientes e tecnologias caseiras de preparo de alimentos e a uma “erosão dos sabores” para toda a humanidade. Por outro lado, ela mostra também que isto tem a ver com o fato de que as mulheres passaram a rejeitar o ato de cozinhar, como uma reação à imposição dos papéis considerados femininos. A sociedade como um todo não conseguiu

resolver o que fazer a partir desse fenômeno social; e ocorre, então esta perda de valores ligados às questões da alimentação, a que ela se refere.

Voltando mais uma vez às considerações de Friedmann, vemos que

as mudanças na economia política internacional da alimentação afetaram as formas de trabalho e o *modus vivendi* cotidiano das pessoas. O que as pessoas fazem para conseguir alimento, como o preparam e o dividem, o que elas comem, quando e com quem, tudo isso é influenciado pela cadeia alimentar. Estas, por sua vez, estão intimamente ligadas à forma de vida familiar (p. 87).

Analisar um pouco mais de perto essas mudanças é o caminho que vamos trilhar a seguir.

ALIMENTAÇÃO, TRABALHO DOMÉSTICO E PRODUÇÃO X REPRODUÇÃO: O DEBATE TEÓRICO DO FEMINISMO

As questões relacionadas com a reprodução da vida humana, incluindo o trabalho doméstico, são abordadas por diversas autoras (como PICCHIO, 1999; CARRASCO, 1999 e 2003; e outras), apontando a sua invisibilidade nas contas nacionais e no cálculo econômico em geral, como um processo que tem implicações para as análises sobre os gêneros, as classes sociais e o desenvolvimento. Para PICCHIO, por exemplo, essa visão reducionista, que só focaliza a produção das mercadorias – e não a reprodução das pessoas – ao esconder uma parte do trabalho social, que é fundamental para a manutenção do sistema como um todo, penaliza as mulheres, que acabam por incorporar essa responsabilidade como parte de suas funções de gênero.

O trabalho doméstico é o núcleo da reprodução social das pessoas. Não só requer energia física e emocional, mas também sobre ele recai parte da responsabilidade pela sobrevivência, bem estar e felicidade de outras pessoas (1999, p.202).

Estamos falando do trabalho de gerenciamento e preparo da alimentação, de manutenção da casa, de educação dos filhos, de cuidado com idosos e enfermos, além dos demais membros adultos da família. É um trabalho distribuído desigualmente entre os gêneros, que recai, em sua maior parte, sobre

as mulheres. Embora possa ser complementado pela contratação de trabalho assalariado, por estruturas públicas e privadas de prestação de serviços ou por trabalho social voluntário, seus resíduos (o que não pode ser resolvido de outra forma) acabam sempre sobrecarregando as mulheres.

Analisando a relação entre o trabalho doméstico e a mercantilização dos trabalhos de reprodução, Fougeyrollas-Schwebel (1999) afirma que se trata de trabalhos não-remunerados, devido às relações de opressão entre homens e mulheres, uma vez que

“é enquanto mulheres que as mulheres são dominadas e é seu pertencimento a um gênero que institui a atribuição do trabalho doméstico a elas” (p. 63).

Ela afirma ainda:

na medida em que os mesmos bens são produzidos fora da família, o trabalho que os produz é remunerado e, ao contrário, o trabalho das mulheres continua gratuito, ainda que sua produção seja trocada no mercado (p. 64).

O modelo “idealizado” de família que vigorou no período entre-guerras (do homem dedicado ao trabalho assalariado e da mulher dona de casa) foi sendo transformado pela crise econômica e social que se seguiu (pela necessidade de as mulheres trabalharem e pela emergência dos movimentos de mulheres, que reivindicaram o acesso ao mercado de trabalho), de tal forma que, segundo Fougeyrollas-Schwebel (1999), nos anos 90, somente 30% dos lares mantinham aquela configuração.

No entanto, essa ampliação dos regimes de assalariamento não representou uma transformação do trabalho doméstico e, particularmente, uma repartição mais igualitária das tarefas entre os homens e as mulheres (p. 65).

Carrasco (1999) lembra que esse modelo (*male-breadwinner*), embora tenha sido o modelo cultural dominante de família durante o capitalismo, não era totalmente válido para as mulheres das classes populares, que sempre estiveram presentes no mercado de trabalho.

Estas autoras, Fougeyrollas-Schwebel e Carrasco, coincidem em que, quando as mulheres entraram no mercado de trabalho de forma mais massiva, houve uma mudança nos modelos de família, em que os homens mantiveram a sua posição (de provedor), embora as mulheres apenas donas de casa tendam a desaparecer. Mas isso não significou que elas deixaram de ter como papel fundamental a condição de gestoras do lar e responsáveis pelos cuidados dos demais: significou, sim, que as tiveram de

se adaptar a esse duplo papel, ainda que, muitas vezes, não estando confortáveis em qualquer desses espaços (CARRASCO, 1999).

Picchio (1999) salienta: o trabalho doméstico não pode ser analisado como os outros tipos de trabalho, porque está envolto em um processo histórico e cultural, que depende de políticas, de instituições e de culturas que variam ao longo do tempo e em diferentes locais. Dessa forma, as análises que procuram situá-lo em um modelo econômico semelhante ao da produção de mercadorias (como o da economia da família, de Becker), não são satisfatórias para entendê-lo¹.

Na reprodução das pessoas, estão em jogo outros elementos que não a racionalização do tempo: a diminuição dos custos e a redução das ineficiências, por exemplo – e que são de difícil mensuração, em termos de tempo gasto, produtividade, valor monetário atribuído etc. Por isso, as propostas que hoje colocam a necessidade de contabilização estatística acerca do trabalho doméstico, devem ser situadas, segundo Picchio (1999), como uma fase, dentro de um processo de negociação sobre a divisão de trabalho e dos recursos entre os gêneros, as gerações e as classes sociais. O que está em jogo é tanto a energia física e emocional, que se gasta na garantia da segurança material e psicológica das pessoas (e, portanto, em sua qualidade de vida), quanto o custo do trabalho assalariado nos mercados locais e mundiais. A luta pela visibilização do trabalho não-remunerado tem implicações em nível mundial, porque repercute na maior ou menor qualidade de vida das populações.

Por outro lado, a ocultação do trabalho de reprodução social como uma questão econômica tem custos diretos para as mulheres, pois passa a ser um problema feminino (fazendo com que as mulheres se encontrem, em função disso, em condições desiguais de competir), e não de toda a sociedade.

“De fato, as mulheres interiorizam o conflito [...]. As mulheres suportam, tanto na família como no trabalho remunerado, os custos de uma contradição básica do sistema” (p. 207).

É isso que vai explicar a sua participação diferenciada no mercado de trabalho, transitando entre os dois mundos (produtivo e reprodutivo) sempre em condições de desigualdade (salários menores, empregos precários, menor acesso à qualificação profissional) e sem o apoio público necessário (escassos serviços de cuidados, ausência de sincronização entre o tempo escolar e de trabalho etc.). Conforme Carrasco (1999): supõe-se sempre a presença de alguém (uma mulher) em casa, para organizar e resolver

¹ Nesse modelo, adaptado da economia neoclássica, pressupõe-se a idealização da família como uma unidade sócio-econômica em que: sua divisão interna de trabalho funcione com perfeita substituição entre os fatores; a própria família atue como uma unidade unificada de produção e consumo; tenha uma função de utilidade conjunta; a “cabeça” da família atue como representante da maximização da utilidade coletiva da família; e as relações dentro das famílias se caracterizem pelo compartilhamento das receitas e dos recursos por todos, indistintamente (Becker, 1981, apud Picchio, 1999:230).

os problemas das pessoas dependentes; ou seja, o Estado e a sociedade seguem contando com a família (mulheres) como instituição básica para a atenção e a segurança das pessoas.

No nível macroeconômico, vêm ocorrendo mudanças nos modelos de produção e reprodução, nos países tanto do Norte como do Sul, com a intensificação da globalização, das políticas de ajuste estrutural etc. Com o desmonte das políticas sociais, as mulheres, e também os homens, em certa medida, têm de fazer “malabarismos” para dar conta de seus papéis na família e no mercado, pesando prioridades a cada momento.

A visibilidade da importância do trabalho de reprodução não-remunerado e a insistência em seu caráter social abrem, para Picchio (1999:221), diferentes possibilidades:

- evidencia-se que a igualdade é um mito, porque, mesmo que o número de mulheres no mercado de trabalho tenha aumentado, não houve um aumento correspondente em seu bem-estar; por outro lado, mostrar que aumentou o trabalho não-remunerado dos homens não resolve o problema da carga que significa o trabalho de reprodução para o conjunto da sociedade. Ou seja, isso não faz com que diminua a porcentagem da carga de trabalho que a sociedade, como um todo, tem de enfrentar nem faz aumentar os salários;

- a mercantilização dos trabalhos de reprodução pode vir a aumentar as desigualdades sociais, mesmo que eles viessem a ser cumpridos, em parte, por organizações sem fins de lucro. Poderia haver uma diminuição das condições de vida de todas as pessoas, maior pobreza e exclusão, pela diminuição dos gastos públicos, insegurança no mercado de trabalho, redução dos programas sociais etc.

Tanto na crise dos Estados de Bem-Estar como nas políticas de ajuste estrutural, seguidas pelos países do Terceiro Mundo vê-se que:

o bem-estar da população trabalhadora volta a ser considerado meramente como um custo para o sistema produtivo e se transfere, cada vez mais, para a família a responsabilidade de assegurá-lo (PICCHIO, 1999, p.224).

Ela continua:

[...] ao final [...] se espera que sejam os indivíduos e, sobretudo, as mulheres, quem adaptem seus comportamentos, resolvam as suas necessidades, refreiem

seus desejos e adequem as suas decisões aos modelos idealizados de eficiência do mercado.

As mulheres, nessa situação, estão sendo utilizadas como “amortizadoras” do “*dumping* social” (p. 233), ou seja, elas devem ser as “amélias” da canção popular, não só achando bonito não ter o que comer, mas ajudando a consolar os demais, servindo de exemplo de abnegação.

As saídas que vêm sendo buscadas pelas mulheres para dar conta dessas questões, mesmo quando há um incremento de sua presença no mercado de trabalho formal, têm sido a constituição de redes de proteção entre mulheres (parentes, amigas etc.) ou, no caso das de classes média e alta, a contratação de outras mulheres (empregadas domésticas) para substituí-las.

Riscos apontados por Picchio (1999): as mulheres não estão somente na família, elas estão na sociedade, e no Estado. Dar visibilidade ao trabalho doméstico e da reprodução pode, no limite, trazer o risco de “enclausurar” as mulheres nas funções domésticas e de cuidado das pessoas, e torná-las ainda mais circunscritas a esses papéis históricos. Como fazer para escapar desse dilema? Dar visibilidade às tarefas e responsabilidades que hoje estão sobre os ombros das mulheres, sem reivindicar que isso seja uma “prerrogativa feminina”? Como não escorregar, teórica e politicamente, nas armadilhas dos vários tipos de essencialismos? Voltaremos a isso na última seção deste texto.

AS MULHERES NAS PROPOSTAS DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Na formulação de políticas de segurança alimentar, é comum apontar-se para o fato de que as mulheres não são reconhecidas como produtoras de alimentos, seja na produção agrícola, seja na elaboração e preparo dos alimentos consumidos dentro das unidades domésticas e, portanto, acabam por não ter um papel ativo como sujeitos dessas políticas. Quando são reconhecidas, tende-se a vê-las apenas como um “instrumento” com o qual se atingirá a segurança alimentar das famílias. Isso ocorre também em relação a outros tipos de políticas, como aquelas de nutrição e saúde, e de assistência social (como programas de transferência de renda, por exemplo), em que as mulheres são escolhidas como titulares em função de haver a convicção de que, com elas, os recursos serão utilizados para a família. É claro que o fato de passarem a ser titulares constitui um avanço para essas mulheres, pois é comprovado que o recebimento desses recursos fortalece sua posição na família e na comunidade. Mas é importante

salientar que, muitas vezes, elas não são escolhidas por existir uma consciência na sociedade de que são portadoras de direitos, e sim porque, com isso, pode-se mais facilmente atingir “a família”.

NA AGRICULTURA

No caso das agricultoras, as lutas têm sido para reverter a situação de invisibilidade em que se encontram, e, em geral, enfatizam a necessidade de se colocarem recursos nas mãos das mulheres, para melhorar as condições de produção dos produtos agrícolas de subsistência. Salienta-se também a necessidade de melhorar sua educação, seu acesso a informações nutricionais e de saúde, como uma forma de melhorar sua própria nutrição, das crianças e demais membros da família. Também aqui se observa que, quando se consegue torná-las beneficiárias diretas de programas e projetos, os resultados em termos de empoderamento são evidentes. No entanto, a grande maioria das políticas de apoio ao desenvolvimento rural (como reforma agrária, crédito e assistência técnica) ainda tem “os chefes de família” – leia-se “homens” – como beneficiários (SILIPRANDI, 1999; 2002).

É reconhecido por instituições internacionais, como a FAO, e o FIDA, que, entre os pobres, as mulheres e as crianças rurais podem ser os grupos mais afetados pela desnutrição, devido à distribuição desigual de alimentos dentro da família e ao excesso de trabalho que, usualmente, recai sobre as mulheres, com impactos significativos sobre suas condições de saúde. Estas propostas, diferentemente da maioria, focam as mulheres como indivíduos, e não apenas como ponte para chegar a outras pessoas. Por outro lado, chamam a atenção para as estratégias de sobrevivência que essas mulheres consolidaram ao longo do tempo, preconizando seu fortalecimento e dando ênfase à necessidade de aumentar os recursos financeiros controlados por elas, como forma de aumentar sua autonomia.

Na prática, porém, há muitas críticas sobre a forma como essas propostas são implementadas. Muitas vezes, por imposição de instituições externas, “obrigam”-se determinados projetos a considerar as questões de gênero em seu desenho e execução, sem que as pessoas tenham tido o amadurecimento suficiente para incorporar essas questões como suas e sem que a genuína organização das mulheres locais seja respeitada. Vários exemplos desse tipo de relacionamento, entre financiadores, agentes do Estado, ONGs e organizações locais são discutidos em Cornwall (2000), onde fica claro que, quando há divergências entre as posições da organização local e as dos financiadores, por mais “sensíveis ao gênero” que sejam os técnicos e lideranças envolvidos, tende a prevalecer a posição das instituições externas.

Autoras como Quisumbing e Meizen-Dick (2001), do International Food Policy -Research Institute, apontam para a necessidade de que haja mudanças nas relações de gênero, como condição para o desenvolvimento rural sustentável, do qual faz parte a garantia de segurança alimentar. As autoras partem da constatação dos papéis desempenhados pelas mulheres como produtoras de alimentos, administradoras dos recursos naturais, angariadoras de receitas e zeladoras da alimentação doméstica e da segurança nutricional das pessoas, e colocam a ênfase diretamente na necessidade de “empoderar” as mulheres, por meio de ações em diversas áreas. Propõem-se mudanças tanto nas políticas públicas, como nos arcabouços legais que regem a propriedade de bens, para evitar que as mulheres dependam de suas relações com os homens (pais, maridos, irmãos, filhos) para ter acesso a esses bens.

NO CAMPO DA SAÚDE E NUTRIÇÃO

Quando o tema é especificamente a saúde vinculada com a nutrição, o papel que cabe às mulheres costuma ser o de guardiã do bem-estar dos demais membros da família. É dentro dessa perspectiva, por exemplo, que se dá ênfase às melhorias na educação das meninas como um fator determinante da diminuição da desnutrição infantil em longo prazo. As mulheres são vistas como fundamentais nos processos de combate às carências alimentares, por sua condição tanto de gestantes (na prevenção dos problemas pré-parto) como “alimentadoras” das crianças e das famílias em geral e, nesse contexto, a questão do aleitamento materno ganha grande importância. É raro encontrarem-se documentos que estabeleçam as mulheres como indivíduos-foco das ações sem que elas estejam necessariamente relacionadas às situações acima (como gestantes e/ou nutrizes). Propostas diferenciadas, que foquem as mulheres como objeto das políticas, são poucas, entre as quais se destacam as da Rede APM, como parte de um processo de pensar o século XXI (LE BIHAN, 2001)².

² Nessa proposta, são reivindicadas para as mulheres – além dos papéis colocados acima – melhorias em sua condição de tomadoras de decisão, bem como sua presença efetiva nas instâncias de poder (em nível local, nacional e internacional). Também se enfatiza a necessidade de adoção de medidas concretas que lhes permitam obter maiores rendas pessoais. Chama-se a atenção, ainda, para o fato de que, em muitos projetos de desenvolvimento, não se leva em consideração que o possível aumento da carga de trabalho das mulheres traz efeitos contrários à proposição de melhoria em suas condições alimentares e nutricionais.

EXPERIÊNCIAS LOCAIS

Na prática da vida cotidiana, as mulheres vêm se organizando em vários países para interferir sobre as políticas de segurança alimentar, como já foi colocado acima, e também têm experimentado a organização de projetos locais de abastecimento, que procuram melhorar o acesso das pessoas aos alimentos, e se opõem, mesmo que em pequena escala, ao sistema agroalimentar dominante, buscando modificar a relação consumidores–produtos–produtores. Muitas vezes, elas são as protagonistas nas lutas pela socialização do atendimento às necessidades de alimentação, por meio seja de políticas de redução de preço dos produtos básicos, seja de políticas de subsídios para as populações pobres. As lutas por melhores condições de saúde, escolas, espaços de socialização das crianças nos bairros também têm conseqüências sobre o acesso à alimentação.

Projetos desse tipo têm sido relatados, tanto em países desenvolvidos como do Terceiro Mundo, e mostram como a ação pessoal e local pode ter efeitos políticos, à medida que modifica a relação das pessoas (e em especial, das mulheres) com a vida pública e com as instâncias de poder.

Projetos como os relatados por Moffett e Morgan (1999), do Canadá, em que as mulheres organizam grupos de compras diretamente dos produtores e capacitam-se para trabalhar em cozinhas comunitárias, em hortas, bancos de alimentos, entre outros, mostram como pode se dar o resgate da relação entre as mulheres e a alimentação em outras bases – não como administradoras passivas do enxugamento do orçamento doméstico nem como únicas responsáveis pela alimentação da família. São experiências que mostram ser possível aliar a pressão por recursos públicos para o atendimento da população, em bases locais, democratizando as funções ligadas à alimentação e construindo uma relação mais saudável com o ato de cozinhar. Angulo (2002), avaliando práticas inovadoras em dois projetos de atendimento a populações pobres no Peru – um de restaurantes comunitários de periferia e outro de distribuição de alimentos –, mostra como a autogestão das mulheres nesses projetos avançou em relação às práticas assistencialistas e permitiu que elas tivessem ganhos pessoais e na relação com as famílias e comunidades, obrigando o próprio Estado a reconhecer e aceitar a forma como organizavam seu trabalho (aceitando remunerá-las por aquelas atividades).

No Brasil, experiências como a relatada em Costa (2002), sobre a introdução de novas práticas de alimentação escolar, integrando a comunidade escolar, familiares das crianças e o poder público local, mostram que é possível transformar um modelo de alimentação a partir do questionamento de hábitos de consumo. O trabalho centrou-se em práticas de reeducação alimentar e aproveitamento integral de alimentos, envolvendo crianças de creches e pré-escolas em um município do Estado de São Paulo

(Ribeirão Pires), e teve como conseqüências não só o melhoramento da saúde e da nutrição dessas crianças e de seus familiares, como também a criação de um verdadeiro movimento pela cidadania alimentar na cidade e de alternativas de renda para grupos de mulheres que se organizaram a partir dessa proposta.

Field (1999), no artigo já citado, defende que qualquer esforço massivo para alterar as políticas alimentares será certamente importante para as mulheres, desde que as envolva como protagonistas. Entre as várias razões que sustentam essa premissa, cabe destacar as seguintes:

- As mulheres são, de fato, mais vulneráveis à insegurança alimentar, porque elas têm maior probabilidade de serem pobres. Existem dados, bastante conhecidos, sobre o aumento do número de mulheres chefes de família e sobre como a renda das mulheres é menor do que a dos homens; a renda das famílias chefiadas por mulheres também é menor do que as demais, em todo o mundo.

- As mulheres freqüentemente fazem da alimentação dos filhos uma prioridade, até colocando-se elas próprias em risco de fome e desnutrição, se for o caso. Quando o alimento é insuficiente, é preciso apoiar ainda mais as mulheres para que obtenham renda ou alimentos, para assegurar a manutenção da família.

- No nível pessoal e familiar, as mulheres ainda mantêm a responsabilidade de preparo das refeições, mesmo nos casos em que elas e os homens trabalham fora de casa.

Para essa autora, a presença exagerada das mulheres “na cozinha” é um claro indicador da distância que ainda deve ser superada para se alcançar a equidade entre os homens e as mulheres. A dupla jornada a que elas são submetidas constitui uma ameaça para a equidade, para sua saúde e para seu bem-estar. Portanto, políticas de segurança alimentar voltadas para as mulheres podem reduzir sua vulnerabilidade à insegurança alimentar, bem como o estresse em que elas vivem, pela responsabilidade de obter e preparar a comida. Tornar os alimentos básicos acessíveis para as mulheres e socializar certos aspectos da preparação das refeições (por meio de restaurantes nas escolas, creches, centros de convivência, locais de trabalho) reduz a pressão que boa parte delas vivencia na construção diária da sobrevivência.

Voltando mais uma vez ao texto de Friedmann (2002), ela nos lembra que é possível construir alternativas aos padrões globais de produção e comercialização de alimentos por meio de estratégias locais, como os grupos de compras conscientes, feiras de agricultores, iniciativas de comércio justo e tantas outras experiências de grupos que, preocupados com a segurança alimentar, a degradação do meio ambiente, os direitos trabalhistas, as mulheres e a saúde, estão se articulando para propor novos

conjuntos de regras para a produção e distribuição de alimentos, mais justas e democráticas. Permanecem dúvidas, no entanto, sobre até que ponto esses grupos são capazes de questionar o modelo agroalimentar dominante e realmente modificar a forma como a sociedade como um todo vê o papel e a responsabilidade das mulheres na produção e no preparo da alimentação de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos um período de transformações nos campos da produção, distribuição e nas formas de consumo dos alimentos, em que os grandes temas são a crescente industrialização dos processos produtivos agrícolas e de elaboração dos alimentos e a padronização dos hábitos alimentares, diante das exigências colocadas pela também crescente urbanização. As relações com os alimentos são, cada vez mais, marcadas pela posição das pessoas na pirâmide social, de forma que, para aqueles que podem pagar, é possível obter alimentos variados, ricos em nutrientes, carregados de serviços (simbólicos e materiais); para outros, é reservado o alimento massificado, pouco variado, inseguro quanto à sanidade biológica e nutricional; para a maioria, ainda, sequer é garantida a alimentação suficiente e permanente, necessária para a sobrevivência.

Em qualquer desses casos, ainda recaem sobre as mulheres, urbanas e rurais, as principais responsabilidades e tarefas relacionadas com o preparo da alimentação doméstica. Se, em alguma medida, as mudanças nos processos produtivos dos alimentos atenderam às demandas das mulheres, no sentido de diminuir a carga de trabalho dentro da cozinha, criando produtos e/ou serviços poupadores de mão-de-obra, obviamente não atingiram todas, indistintamente. As tarefas ligadas à alimentação continuam sendo monótonas, trabalhosas, cansativas, para a maioria das mulheres. Nos setores de classe média em que essas tarefas começam a ser compartilhadas, via de regra isso ocorre ocasionalmente, ficando os homens com a parte mais “lúdica” das tarefas – por exemplo, a comida especial do fim de semana – ou com uma etapa específica (como lavar a louça), o que não tira das mulheres o peso da responsabilidade cotidiana. Nesse sentido, os movimentos questionadores das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho, embora tenham obtido enormes avanços, se comparados com os das décadas anteriores, ainda estão longe de considerar essa batalha ganha.

Na segunda parte deste artigo, mostramos como o tempo gasto com a alimentação é parte do tempo geral gasto pelas mulheres nos serviços domésticos e de cuidados, e, portanto, faz parte da problemática geral de invisibilidade desse tipo de trabalho na sociedade como um todo. No entanto, como várias autoras apontam, promover essa visibilidade apenas não basta. Os desafios que se colocam

para o movimento feminista, nessa discussão, são muito mais profundos, para que não se caia na armadilha da caracterização desse espaço (da economia dos cuidados) como um lócus exclusivamente feminino ou como parte da “natureza feminina”. O ponto principal a ser abordado, nesse sentido, exige desmistificar o quanto os estereótipos de gênero ainda reservam às mulheres o destino de “casar, ter filhos e formar uma família”, como finalidade última da vida, símbolo de felicidade e realização (por mais que isso seja matizado, nos dias atuais, com o trabalho fora de casa, o estímulo às carreiras profissionais etc.!) e como isso traz, embutida, a idéia de que faz parte do “ser mulher”, assumir esse conjunto das tarefas de cuidado para com a família.

Procuramos mostrar, com exemplos do estado atual das lutas das mulheres, desde o nível local até as lutas internacionais, que se vive esse permanente “zigzague”: aponta-se para a necessidade do reconhecimento da responsabilidade das mulheres no campo da alimentação – e, portanto, do reconhecimento e valorização dos conhecimentos e das experiências que historicamente construídas por elas nesse fazer cotidiano – e, por outro lado, para a necessidade cada vez maior de se lutar para fazer com que as questões da alimentação sejam preocupações de toda a sociedade, e não apenas das mulheres. Nesse processo, nem sempre se questionam as relações de gênero que estão na base dessa segmentação, ou como e o quanto esse fato contribui para a marginalização das mulheres. Elas continuam não participando das tomadas de decisões; não sendo sujeitos das políticas; não tendo garantidas as condições para sua autonomia financeira e pessoal; e sendo vistas como instrumentos (“pontes” para se chegar à família), e não como indivíduos portadores de direitos. É uma situação visivelmente desfavorável, em que pesem as tentativas dos movimentos locais de criarem outras relações entre homens e mulheres, no campo da alimentação.

Os desafios permanecem para o movimento feminista e para os movimentos libertários em geral que compartilham a utopia de um mundo sem exploração e sem opressão: como construir um mundo em que todos tenham direito a uma alimentação saudável, digna, condizente com os hábitos e culturas alimentares, sem que isso signifique o enclausuramento das mulheres (ou de quem quer que seja) na obtenção dessa alimentação?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGULO, N.. **Producción de servicios de alimentación y salud para poblaciones pobres en el Peru**. Disponível em: <<http://www.socioeco.org>>. Acesso em: abr. 2002.

CARRASCO, C. La sustentabilidad de la vida humana: ¿un asunto de mujeres? In: León T., Magdalena (comp.). **Mujeres y trabajo: cambios impostergables**. Porto Alegre: REMTE, Marcha Mundial de las Mujeres, Clacso, Alai, 2003.

——— y MAYORDOMO, M. Tiempos, trabajos y organización social: reflexiones en torno al mercado laboral femenino. In: Carrasco, Cristina (ed.). **Mujeres y economía; nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas**. Barcelona: Icaria, 1999.

CORNWALL, A. Making a difference? Gender and participatory development. **IDS Discussion Paper 378**. s/l: Institute of Development Studies, 2000.

COSTA, C.; TAKAHASHI, R.; MOREIRA, T. **Segurança alimentar e inclusão social: a escola na promoção da saúde infantil**. São Paulo: Instituto Polis, 2002.

FIELD, D. Putting food first. In: Barndt, D. (org.). **Women working the NAFTA food chain: women, food and globalization**. Toronto: Second Stories, 1999.

FONTENELLE, I. A. **O nome da marca: McDonald's, fetichismo e cultura descartável**. São Paulo: Boitempo, 2002.

FORO DE LAS ONG/OSC PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA. **Soberanía alimentaria: un derecho para todos**. Declaración Política. Roma: FAO, 2002.

FORUM MUNDIAL SOBRE SOBERANÍA ALIMENTARIA. **Por el derecho de los pueblos a producir, a alimentarse y a ejercer su soberanía alimentaria. Declaración final**. La Habana, Cuba, 2001.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. Trabalho doméstico, serviços domésticos. In: Faria, N. e Nobre, M. (orgs.). **O trabalho das mulheres: tendências contraditórias**. São Paulo: SOF, 1999. (Cadernos Sempre Viva)

FRIEDMANN, H. Refazendo “tradições”: mudanças na economia política da alimentação. In: Faria, Nalu e Nobre, Miriam (orgs.). **Economia feminista**. São Paulo: SOF, 2002. (Cadernos Sempre Viva)

LE BIHAN, G.; DELPEUCH, F.; MAIRE, B. **Alimentación, nutrición y políticas públicas**. Montpellier: Fondation Charles Léopold Mayer pour le Progrès de l'Homme, Red Agriculturas Campesinas, Sociedades y Globalización (APM), 2001.

MALUF, R.; MENEZES, F.; MARQUES, S. **Caderno Segurança Alimentar**. Montpellier: Fondation Charles Léopold Mayer pour le Progrès de l'Homme, Red Agriculturas Campesinas, Sociedades y Globalización (APM), 2001.

MOFFETT, D.; MORGAN, M. L.. Women as organizers. In: Barndt, D. (org.). **Women working the NAFTA food chain: women, food and globalization**. Toronto: Second Stories, 1999.

PICCHIO, A. Visibilidad analítica y política del trabajo de reproducción social. In: CARRASCO, C. (org.). **Mujeres y economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas**. Barcelona: Icaria, 1999.

QUIMSUMBING, A.; MEINZEN-DICK, R. **Empowering women to achieve food security**. Washington: International Food Policy Research Institute, 2001.

SILIPRANDI, E. Para pensar políticas de formação para mulheres rurais. In: BRACAGIOLI NETO, A. (org.). **Sustentabilidade e cidadania: o papel da extensão rural**. Porto Alegre: Emater/RS, 1999. p. 175-187. (Série Programa de Formação Técnico-social da Emater/RS).

WILKINSON, J. **O futuro do sistema agroalimentar**. São Paulo: Hucitec, 1989.